

Raízes Históricas do Preconceito sobre a EaD: em Busca de uma Racionalidade Democrática

Historical Roots of Prejudice About Ead: in Search of a Democratic Rationality

Fernando Lionel QUIROGA^{1*}
Valéria Soares de LIMA¹
Eude de Sousa CAMPOS¹
Valter Gomes CAMPOS¹

Universidade Estadual de Goiás - Anápolis, Brasil.

*fernando.quiroga@ueg.br

Resumo. No presente ensaio, enfrentamos o problema do preconceito relacionado à educação à distância (EaD) no contexto brasileiro. Nosso objetivo consistiu em demonstrar de que modo tal preconceito pode ser desdobramento de um fenômeno mais amplo e complexo, cujas raízes encontram-se no racismo como mecanismo de reprodução e manutenção dos interesses da elite econômica. Partimos do pressuposto de que tal preconceito resulta da expansão do ensino superior brasileiro, em que a EaD ocupa papel central, justamente porque permite que camadas expressivas de uma parcela historicamente negligenciada – majoritariamente constituída por negros e pobres – possa acessar níveis superiores de formação. Avançamos demonstrando a necessidade de que, para que a EaD se consolide como um potente instrumento da democracia educacional, é crucial a existência de uma crítica permanente que possa, seguindo os pressupostos da teoria crítica da tecnologia, apontar para uma racionalidade democrática.

Palavras-chave: Preconceito. EaD. Racismo. Racionalidade democrática.

Abstract. In this essay, we face the problem of prejudice related to distance education (EaD) in the Brazilian context. Our objective was to demonstrate how such prejudice can be an outcome of a broader and more complex phenomenon, whose roots are found in racism, as a mechanism

for reproducing and maintaining the interests of the economic elite. We assume that such prejudice results from the expansion of Brazilian higher education, in which EaD plays a central role, precisely because it allows significant layers of a historically neglected portion of society – mostly made up of black and poor people – to access higher levels of training. We advance by demonstrating the need for distance learning to consolidate itself as a powerful instrument of educational democracy, the existence of a permanent critique that can, following the assumptions of the critical theory of technology, point to democratic rationality as crucial.

Keywords: Prejudice. EaD. Racism. Democratic rationality.

1. Introdução

O debate acerca da Educação a Distância (EaD) se constitui por diversos temas e objetos que vão desde os aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, metodologias de ensino, inovações tecnológicas, formação de professores, avanços e retrocesso das políticas públicas, desafios inerentes à modalidade, dentre outros. Mais recentemente, tem sido objeto de preocupação temas como: a) os vínculos entre a expansão vertiginosa e os interesses de mercado (Alonso, 2010; Giolo, 2018; Quiroga, 2023); b) o problema da evasão e a desequilíbrio entre oferta e demanda (Quiroga, 2022; Branco, 2020); c) o preconceito ligado à modalidade (Marchisotti, 2022; Correa e Santos, 2009); d) comparação entre a qualidade do EaD e o ensino presencial (Bertolin, 2021; Bielschowsky, 2018).

Que um tema como o preconceito seja objeto de debate é algo que chama a atenção. Por quê, em face da “sociedade digital” e da ampla disseminação de tecnologias digitais na vida cotidiana e seu elevado potencial de penetração na vida contemporânea, percebe-se, ainda, resistência e preconceito em campos específicos, como a EaD? O que explica tal fenômeno? Quais serão suas raízes?

Faz-se necessária a compreensão do fenômeno admitindo a posição de transitoriedade comum na mudança de paradigma. É fundamental, neste contexto, que a orientação do debate possa levar em conta o ambiente de luta que deve se impor a respeito dos modos de gestão e orientação das tecnologias digitais, sobretudo pelo impacto destas na sociedade e na própria estrutura das democracias. Deste modo, um primeiro passo diz respeito ao reconhecimento de que os problemas de que tem se ocupado as abordagens críticas acerca das tecnologias digitais nas sociedades contemporâneas não são problemas sobre as tecnologias, mas dizem respeito os interesses humanos subjacentes a elas. O mal-estar instaurado no debate acerca das tecnologias e seus impactos na sociedade deve ser compreendido, finalmente, como um debate de natureza política. Trata-se de um desdobramento da tensão política produzida pela pressão do mercado contra o Estado – típica do ambiente neoliberal – cujo propósito final consiste na desinstalação do Estado ou, como diria Puello-Socarrás (2011), em sua “possessão”, isto é, na conversão forçada do Estado às leis do mercado.

O resultado do atual estágio do capitalismo, cuja denominação é o neoliberalismo, tem como objetivo central a exploração da democracia como fonte de lucro e espoliação. É preciso ponderação diante dos dispositivos de “inclusão” da sociedade, especialmente porque, em sua estrutura subterrânea pode haver mais do que uma boa intenção. A mira, que deveria voltar-se à inserção das minorias a condição de plena cidadania, pode se desviar para a extração de mais-valia, a exploração do corpo e da subjetividade sob o controle total de seus desejos, aspirações e comportamentos – nada menos do que tem promovido o “pan-óptico digital”¹ das sociedades contemporâneas (Han, 2020; 2022).

Mas é preciso que, diante deste contexto, possamos compreender de que modo se processam, como efeitos colaterais, as “razões do improvável” (Lahire, 1997), isto é, os aspectos singulares que colocam em questão a mera expressão dos dados estatísticos e que buscam demonstrar de que modo uma família que acumula diversas deficiências pode levar o filho a ter sucesso na escola ou, mais especificamente, um(a) trabalhador(a) pouco qualificado(a) pode obter êxito em seu processo de formação.

Tais aspectos são especialmente relevantes se levarmos em conta as diversas trajetórias da experiência em EaD. Tal leitura é fundamental para a elaboração de argumentos mais sólidos quanto aos sentidos sociais e de formação que tal formato oferece, no sentido de romper com noções cristalizadas que corroboram com o preconceito desta modalidade. Em primeiro lugar, deve-se admitir a EaD como um objeto de elevada complexidade analítica. Por diversas razões:

a) porque mobiliza memórias sobre a escola e, por extensão, mobiliza afetos ligados à presencialidade marcada pela composição da turma. O modelo da escola presencial é uma conquista da cultura não só porque mobiliza tais afetos, mas porque representa uma instituição central para a reprodução da cultura. E ocupa, ademais, papel central de nossas primeiras memórias da experiência social; b) pela posição periférica que a modalidade ocupa no campo educacional, que ainda privilegia o modelo presencial; c) pela natureza inerente as alterações do paradigma educacional, cujas tecnologias tem sido incorporadas ao seu dia a dia de um modo quase automático; d) pela tensão ocasionada, de um lado, pela pressão dos grandes conglomerados econômicos, que pressionam pela incorporação de novas tecnologias ao ambiente escolar, sob a mira de grandes oportunidades de negócio e, de outro, pela preocupação do Estado – a depender dos governos – em assegurar níveis satisfatórios em sua qualidade.

Feitas estas considerações preliminares, este ensaio tem como objetivo lançar luz sobre a EaD como modalidade destinada prioritariamente as classes menos favorecidas, especialmente a partir do conceito de “ralé brasileira”, desenvolvido por Jessé Sousa (2018), em que se buscará

¹ Segundo Byung-Chul Han, o pan-óptico digital teria como objetivo o controle total das subjetividades por meio de dispositivos digitais (com a internet, os smartphones e o Google-glasses). De modo análogo ao Panóptico de Bentham (penitenciária idealizada pelo jurista e filósofo Jeremy Bentham (1785) – cuja arquitetura permitia um único vigilante controlar o comportamento da totalidade de prisioneiros, sem que eles soubessem), o pan-óptico digital consistiria em uma nova técnica do poder que “faz uso de uma revelação voluntária por parte de seus internos. A autoexploração e a autoexposição seguem a mesma lógica. A liberdade é sempre explorada” (Han, 2020).

ventilar a hipótese de que o preconceito sobre tal modalidade deriva de um fenômeno mais amplo e estrutural: o racismo como mecanismo de perpetuação das desigualdades.

2. Metodologia

A presente investigação enquadra-se no gênero de ensaio científico, cujo objetivo central consistiu no enfrentamento do problema do preconceito acerca da EaD no contexto brasileiro. Como objetivo secundário, lançamos luz sobre um possível caminho de superação do problema a partir do conceito de “racionalidade democrática” desenvolvido por Andrew Feenberg (2018). Para a interpretação do problema em perspectiva, recorreremos ao conceito de “ralé brasileira” e de “racismo” a partir do pensamento sociológico de Jessé Souza (2018; 2021). Para tanto, articulamos, de um lado, o desenvolvimento do ensino superior brasileiro e seu viés elitista, desde seu surgimento tardio, até o seu processo de democratização e expansão, destacando o importante papel da EaD neste processo. Trabalhamos a hipótese de que o preconceito sobre esta modalidade é uma variante da reação das elites sobre a democratização do ensino superior, cujas raízes remontam ao racismo como componente histórico da reprodução dos interesses das classes dominantes.

3. Resultados e Discussão

3.1. O EaD e a Cidadania

A crítica a EaD como modalidade que não assegura a universalidade do ensino, que não reflete o ideal da escola republicana, pode conter múltiplos significados. Pode, por um lado, significar um posicionamento crítico em defesa dos menos favorecidos; um apontar de dedos para o que deve ser feito para dirimir problemas históricos de formação em nível superior. Mas pode, também, representar preconceito em razão de sua direta associação às classes menos favorecidas, implicando, em última instância, no preconceito de classes, agora revestido pelo que representa a modalidade.

A característica que apenas tal modalidade oferece, quanto a flexibilidade de tempos horários e condições não pode ser reduzida a um detalhe. É por conta dessa viabilidade que empregadas domésticas, trabalhadores rurais, serventes de pedreiros, cozinheiras, copeiros, faxineiros, catadores de lixo etc. vem uma janela se abrir no estreito horizonte de oportunidades. É somente por meio desta oportunidade de oferta de ensino a distância que o “sonho” em busca da cidadania plena passa a fazer parte de uma parcela expressiva da população brasileira, a cifra de aproximados 1/3 segundo Jessé Souza (2018), ou a classe marcada pela sub-cidadania a qual o sociólogo denominou provocativamente de “ralé brasileira”. É prioritariamente sobre esta camada que a EaD se coloca como uma porta em direção ao futuro. É preciso, portanto, compreender os sentidos sociais decorrentes desta relação.

3.2. O ensino superior brasileiro: da elitização à ampliação do acesso

Consideramos a hipótese de que preconceito sobre a EaD resulta do cruzamento entre as política de universalização do ensino em todos os níveis e os efeitos desta cobertura na realidade a qual se destina esta modalidade. O alcance da educação produz uma nova representação acerca daqueles que foram negligenciados historicamente, em um modelo marcado pela segregação dos menos favorecidos e seleção dos mais privilegiados. Acerca do processo de universalização da escola brasileira, Lorena Freitas serve-se dos dados de Romanelli em que se percebe um sistema altamente seletivo:

Dos 1.681,695 alunos que se matricularam na primeira série do curso primário em 1942, apenas 40,44% atingiram a segunda série no ano seguinte. Dessa mesma matrícula, apenas 15,5% chegaram à quarta série primária, 7,14% foram para a quinta série, 3,44% ingressaram no ensino médio. Os dados referentes ao ano de 1960 mostram a continuidade desse processo: dos 3.950.504 alunos que ingressaram na primeira série do ensino fundamental, mais de 57% não ingressaram na segunda série, e apenas 14,41% foram para a quinta série do ensino fundamental. Vemos assim que a seletividade do sistema está, sobretudo, no ensino fundamental, justamente o nível considerado como o da educação para todos. (FREITAS, 2018, p. 320).

O processo de universalização da escola brasileira, como confirmam estas autoras, sempre esteve atrelado a interesses de ordem econômica, política e social. Ademais, é importante ressaltar o papel dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, e sua influência na tomada de decisões acerca da criação das políticas educacionais. E mesmo que embora reconheçamos os dilemas da educação brasileira em que pese o caráter conservador, típicos das teorias reprodutivistas da escola, especificamente a partir de Bourdieu e Passeron nos anos 1970, o que nos interessa são fenômenos subjacentes as macroestruturas, exatamente o que escapa a dimensão da desigualdade que se expressa não somente na escola, mas em toda a sociedade brasileira.

Deste modo, uma vez que a escola e, por extensão, a universidade brasileira presenciais não são sinônimos automáticos de promoção da cidadania, necessitando da soma de uma série de fatores advindos da estrutura familiar e, em última instância, das expectativas e aspirações individuais dos estudantes, não seria razoável a suposição de que o gene do preconceito estivesse aí instalado. Por outro lado, se levarmos em conta o projeto do ensino superior brasileiro e seu caráter ainda mais elitista – cuja rota em termos de acessibilidade tem sido corrigida recentemente – o que pode estar no plano subjacente ao preconceito é justamente o fato das camadas esquecidas pelo Estado, a “ralé”, ser contemplada pelo direito à formação em nível superior. É pelo fato da universidade brasileira até recentemente ser privilégio das classes mais privilegiadas que se funda o preconceito da EaD, justamente porque é ele o modelo de maior impacto no processo de expansão do ensino superior às classes menos favorecidas.

Deste modo, é importante salientar de que modo a criação da universidade brasileira surge da necessidade de legitimação dos interesses da elite, especialmente a partir da Universidade de São Paulo, e vai se popularizando ao longo do tempo. A este respeito, Orso (2020) escreve:

Ao longo dos anos, porém, com a progressiva ampliação do número de alunos e com o crescimento do número de instituições, o velho modelo elitista, voltado para a seleção dos mais capazes e para a “formação das classes dirigentes”, foi ficando para trás (ORSO, 2020, p. 10).

Como não é objetivo deste ensaio a revisão histórica da criação da universidade brasileira, em que pese o contexto das diversas tentativas desde o século XIX até sua concretude, já nas primeiras décadas do século XX, cabe-nos observar, em primeiro lugar, sua criação tardia² e suas consequências sociais, como a produção de uma demanda represada de formação em nível superior não apenas para a reprodução dos interesses das elites, mas sobretudo como forma de acesso à cidadania plena.

Decorre de sua estrutura original que as representações sociais acerca da universidade, impulsionadas pelas suas formas restritas de acesso até recentemente, tenham corroborado e reproduzido por longas décadas seu caráter elitista. Somente a partir das políticas de ampliação da oferta – especialmente entre os anos 2003 e 2016 sob governos do PT – é que o Brasil deu um passo além do elitismo original. Neste período, como observa Orso (2020):

Durante os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, foram criadas 18 universidades, saindo dos grandes centros e chegando aos mais longínquos rincões do país, abrindo as portas também para estudantes carentes, filhos de trabalhadores, provenientes de escola públicas, negros e índios (ORSO, 2020, p. 11).

Nossa hipótese é a de que o preconceito origina-se no espaço lacunar entre os dois momentos históricos da universidade e que se agrava, ainda mais, no modelo EaD justamente porque, com ele, se atingem camadas da população estruturalmente negligenciadas da sociedade brasileira: a “ralé”. A raiz do preconceito parece apontar para o preconceito estrutural que paira na formação da sociedade brasileira, e não à elaboração crítica do modelo a distância. Trata-se, no fundo, de um velho preconceito. Aquele que surge como reação das classes dominantes que não admitem uma transformação estrutural da sociedade brasileira. Chamamos atenção anteriormente para a complexidade do campo da EaD. Neste sentido, é crucial a distinção do que se pretende em um apontar de dedos, evitando-se formulações ingênuas revestidas de criticidade.

² De acordo com Orso (2020), “a despeito de o primeiro projeto para se criar uma universidade no Brasil ter sido proposto pelos padres jesuítas, ainda no Período Colonial, em 1592, só foi criada de fato, tardiamente, em 1934, depois do fim do Período Imperial (1889), 45 anos após a Proclamação da República, 342 anos após a primeira tentativa”.

É essencial que se tenha claro que o debate acerca da regularização da EaD, proposta pelo atual ministro da educação, Camilo Santana, cujo objetivo consiste em frear a voracidade com que o mercado tem se apossado da modalidade, sem se ocupar especialmente com a qualidade dos cursos, nada tem a ver com a crítica ao modelo a distância propriamente dito. É porque tal modelo interessa sobretudo ao capital privado, em razão de seu elevado potencial lucrativo, que o olhar crítico, neste caso, não pode ser confundido com seu enviesamento: o de que a modalidade a distância é, em si, um modelo deficitário.

Em nosso entendimento, é sobre esta última lógica argumentativa onde se instala o preconceito sobre a modalidade. Defendemos que, para que a EaD possa seguir sendo um braço da democratização do ensino superior no Brasil, para que continue chegando aos rincões do país e oportunizando o acesso ao ensino a milhares de pessoas, especialmente porque somente tal modelo é capaz de se moldar as condições objetivas do mundo do trabalho e da vida cotidiana, deve-se levar em conta, em primeiro plano, a premissa democrática à qual deve derivar a dimensão instrumental do modelo, e não o contrário. Nenhum outro modelo é mais complacente e humano com uma estudante que carrega um bebê à beira do fogão enquanto assiste a uma aula, do que o modelo a distância. Tampouco será este o cenário ideal. Longe de sê-lo. Mas, menos ideal é que a estudante sequer chegue a ser assim nomeada, e continue sendo a mãe pobre, a mulher abandonada, alguém cujo direito de ser estudante é simplesmente negligenciado. E que ela siga sequer uma cidadã, sequer alguém digna de que a chamem pelo nome. Assim, o preconceito da EaD não é outro preconceito senão o daqueles que, descontado o período de 2003 a 2016, não admitem que a universidade seja um direito, mas um privilégio de classe.

3.3. O papel da EaD na expansão do ensino superior brasileiro

É porque a EaD tem sido a modalidade que mais tem crescido nos últimos anos – de modo descontrolado, é verdade; e a crítica contra os interesses privatistas dos grandes conglomerados educacionais deve ocupar papel central – que o preconceito tem se estabelecido de modo crucial sobre a modalidade. Trata-se, com efeito, de um preconceito de classe: uma variante do racismo brasileiro como mecanismo de reprodução da estrutura social, promovido pelos interesses das elites econômicas, correspondente a 1% da população, embora utilizando-se do experiente simbólico da classe média como engrenagem para a manutenção do *status quo*. Jessé Souza (2020) explica:

Para compreender como a classe média branca no Brasil cumpre esse papel paradoxal de se perceber como parte da elite e ao mesmo tempo exercer a função de “povo” para melhor macaquear o pressuposto moderno inelutável da soberania popular, é necessário perceber como o racismo racial é a base da “gramática” do sistema social no Brasil. Se a elite estava descontente com a redução, ainda que pequena, de suas mamatas, a classe média estava descontente com a inclusão de

negros e pobres nas universidades e nos shopping centers, ou seja, com a perspectiva do fim de seus privilégios educacionais, que são a base de seu prestígio social, e da marcação de lugares sociais específicos para classes e raças na sociedade racista (SOUZA, 2020, p. 243).

Como não há forma de desconectar o preconceito do racismo – já que o primeiro é uma derivação do segundo – tal explicação permite-nos a compreensão do preconceito sobre a EaD: isto é, trata-se de uma reação das elites representada, de modo mais expressivo, pela classe média típica, até então detentora exclusiva do acesso à universidade.

Considerando o papel da EaD na expansão do ensino brasileiro, mais importante do que a crítica fundamental sobre os perigos da corrida mercantilista (Quiroga, 2023), são os efeitos sociais e de transformação de vidas que o sistema oferece e que, para tanto, exige o empenho de todos os envolvidos em formas de aprimoramento do modelo no sentido de propiciar ainda mais inclusão de negros e pobres nas universidades.

A EaD, neste sentido, ao mesmo tempo em que representa a real viabilidade de acesso das classes menos favorecidas à universidade, apresenta o risco de ser uma ferramenta das elites para a conversação e reprodução de seus interesses. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Souza (2020), para evitar que a EaD seja um dispositivo de emancipação sequestrado pelas elites, ela necessita de uma crítica permanente no sentido de promover a visibilidade e a inclusão social efetiva dos menos favorecidos, e não corroborar com seu esquecimento e, em última instância, pela introjeção da culpa em razão da incapacidade de mobilidade social provocada por um fracasso aparentemente individual. É preciso, nesta direção, avançar na direção a uma “racionalização democrática”, seguindo os passos de Feenberg (2018).

3.4. A superação do preconceito sobre a EaD: à busca de uma racionalidade democrática

Justamente porque a EaD encontra-se no limbo entre o ideal democrático da universalização do ensino e a estratégia neoliberal em manter o *status quo*, e que os desafios pela sua consolidação como modelo a ser aprimorado não depende somente dos aspectos técnicos a ele relacionado, mas aos usos que se faz dele. É imprescindível que se leve em conta não apenas o caráter relacional entre as tecnologias da educação a distância e a pessoa do outro lado da ponta, mas sobretudo o que emerge desta relação. Para isso é fundamental que haja uma aproximação entre as práticas, experiências e sentidos criativos decorrentes desta articulação. E é fundamental que o foco sobre tais aspectos não se reduza as possibilidades que se pode extrair da própria tecnologia – não no sentido de uma racionalidade técnica – mas sobretudo daquilo que é possível fazer a partir dela, especialmente a partir de seu potencial transgressor, subversivo, de seu caráter desviante como característica inextrincável da condição humana, sobretudo porque aqui a técnica se funde aos desejos e sonhos, as ambições e ao esforço por melhores condições de vida.

Neste sentido, a superação do preconceito pode muito bem iniciar-se pela ideia de racionalização democrática proposta por Feenberg (2018), ao perceber outros sentidos que ultrapassam a rigidez da racionalidade. Segundo ele, há sempre um ângulo desconhecido nas estruturas tecnocráticas que escapa aos saberes específicos que orientam seu funcionamento. Em outras palavras, há sempre pontos cegos, que somente se revelam – ou são forjados – à medida em que o uso de uma dada tecnologia é posta em ação. Nas palavras do autor:

Por trás do argumento tecnocrático está uma suposição escondida, em particular o pressuposto de que os especialistas técnicos sabem tudo o que é relevante e racional no seu domínio. Logo a questão real é se os utilizadores e as vítimas da tecnologia podem saber alguma coisa de útil, que não seja conhecida por especialistas técnicos (FEENBERG, 2018, p. 101).

Essa “suposição escondida” a que Feenberg também chama de “conhecimento a partir de baixo”, e que parte da experiência, do uso, de sua condição relacional, semelhante, inclusive, aos modos de proceder na vida cotidiana, de Certeau (1996), constituem o caráter contemporâneo da experiência; atualizam a tecnologia, por assim dizer. Nas palavras do historiador:

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1996, p. 41).

É na esteira deste “subproduto” da racionalidade instrumental, das técnicas de controle e dos dispositivos de legitimação e perpetuação da ordem estabelecida que se pode antever, à luz do cotidiano, nas experiências implicadas em processos singulares de arranjos e rearranjos que se pode pensar, finalmente, em uma racionalização democrática, em uma razão subversiva em face das tecnologias como formas de superação do preconceito que paira sobre a EaD.

Corroboramos com o pensamento de Feenberg, para quem “uma das grandes questões do nosso tempo diz respeito a quanto é que o sistema tecnológico pode evoluir para uma configuração mais democrática, à medida que seu enviesamento é alterado a partir de baixo”. (Feenberg, 2018, p. 117). Deste modo, é essencial não apenas que a crítica propositiva da EaD siga em curso, visando as melhores formas pelas quais este modelo pode alcançar públicos negligenciados historicamente, como também e sobretudo, abrir possibilidades reais para que seus usuários, a partir de “baixo”, possam elaborar e alterar os processos em busca de uma maior inclusão, de um maior usufruto da modalidade.

4. Conclusão

Discutimos, neste ensaio, as condições materiais e simbólicas implicadas no fenômeno de preconceito relacionado a EaD. Ventilamos a hipótese de ser tal preconceito uma variante do racismo como a estratégia histórica que o Brasil utiliza em benefício da elite econômica. Que sobre a EaD pese a nefasta aura de preconceito, embora sob a aparência de uma crítica aos riscos de um sequestro por parte de oligopólios, ou mesmo sob o questionamento da qualidade, termina por corroborar com os interesses da elite econômica, porque projeta sobre as camadas menos favorecidas –majoritariamente constituídas por negros e pobres – representações pejorativas, chanceladas por expressões de preconceito. No fundo, uma reação da classe média em razão das políticas de expansão do ensino superior brasileiro – a que deveria se destinar um olhar cuidadoso no sentido de salvaguardar a qualidade por meio de uma crítica permanente – e não pela reprodução do bode expiatório – o negro e o pobre – como aqueles que merecem o castigo de não poderem estudar, já que não conseguem, por seus próprios meios, produzir as condições objetivas para tal. Como assinalamos neste ensaio, é somente pela flexibilidade quanto ao *tempo* e *espaço* que milhares de pessoas das camadas menos favorecidas conseguem acessar concretamente a oportunidade de formação em nível superior. Não se trata de características quaisquer. Tempo e espaço constituem o elemento-chave que consegue se adequar ao sofrimento diário de uma parcela expressiva da população.

Finalmente, é preciso avançar em direção do que Feenberg chamou de racionalização democrática, isto é, dar significado a EaD considerando o conhecimento a partir de baixo, isto é, por meio das diversas experiências exitosas que ocorrem neste contexto e que comprovam, como o fez Lahire no contexto francês, as razões do improvável. Tais elementos são cruciais para a superação do preconceito e a consolidação democrática desta estratégica modalidade educacional.

Biodados e contatos dos autores



QUIROGA, F. L. é professor do Departamento de Fundamentos da Educação na Universidade Estadual de Goiás. Completou o seu doutorado na Universidade Federal de São Paulo. Seus interesses de pesquisa incluem teoria crítica e tecnologias digitais, sociologia da educação, políticas educacionais, educação e sociedade com destaque para educação e tecnologias. Participa dos grupos de pesquisa: [Direitos Humanos, Educação e Políticas Públicas / DHEPP – UEG](#); [GEPEDI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão - UEG](#) ; [GRUPO DE PESQUISA POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE](#)

| | |
|---|---|
| | <p>PROFESSORES / GPEFORP – UEG; LECCE - Letramentos, Cultura, Conectividade e Educação - UEG .</p> <p>ORCID: 0000-0003-4172-2002</p> <p>E-mail: fernando.quiroga@ueg.br</p> |
|  | <p>LIMA, V. S. de, é docente efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG), vinculada ao Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR), atuando na modalidade de Educação a Distância (EaD). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a pesquisadora desenvolve estudos nas áreas de gênero, sexualidade e corpo, além de educação, tecnologia e inovação educacional. Participa de projetos de pesquisa relacionados a essas temáticas, tanto na UFMS quanto na UEG.</p> <p>ORCID: 0000-0003-0822-7077</p> <p>E-mail: valeria.lima@ueg.br</p> |
|  | <p>CAMPOS, E. de S. é docente efetivo vinculado ao Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), sendo este o órgão executivo-acadêmico que desenvolve a Educação a Distância na Universidade. O pesquisador é doutor pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Seus interesses de pesquisa incluem Educação, Saúde, Gestão, Ciências Biológicas, com destaque para a Educação a Distância e Metodologias de Ensino. Participa de Projetos de Pesquisa na UEG e em parceria com a PUCGoiás.</p> <p>ORCID: 0000-0002-2655-7021</p> <p>E-mail: eude.sousa@ueg.br</p> |
|  | <p>CAMPOS, V. G. é docente efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), vinculado ao Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (CEAR), o qual é o órgão executivo-acadêmico que desenvolve a Educação a Distância na Universidade. Completou seu doutorado na Universidade Federal de Goiás (UFG). Seus interesses de pesquisa incluem ética, direitos humanos, educação superior, educação a distância, avaliação institucional, política e gestão educacional, com destaque para a Educação a Distância e Políticas Públicas. Participa dos projetos do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Educação e Políticas Públicas – DHEPP, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino e Aprendizagem em Rede – GEPEAR e da Câmara de EaD/UAB e Tecnologias Educacionais.</p> <p>ORCID: 0000-0002-1959-7236</p> <p>Contato: 55 62 98441-7392</p> <p>E-mail: valter.campos@ueg.br</p> |

Referências Bibliográficas

ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, 31 (113), 1319-1335, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TgSHBsj9L6Rv38CGWcng7Kn/> - Acesso em 01 fev. 2024.

BERTOLIN, J. C. G. Existe diferença de qualidade entre as modalidades presencial e a distância? **Cadernos de Pesquisa**, 51, e06958. <https://doi.org/10.1590/198053146958>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/D3V5HhqRcBvPsthDdjxwxYS/> - Acesso em 01 fev. 2024.

BIELSCHOWSKY, C. E. Qualidade na Educação Superior a Distância no Brasil: Onde Estamos, para Onde Vamos?. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2018. DOI: 10.18264/eadf.v8i1.709. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/709> - Acesso em: 1 fev. 2024.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Nogueira, M. Alice; Catani, A. (orgs). 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

BRANCO, L. S. A., CONTE, E., & HABOWSKI, A. C. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (campinas)**, 25 (1), 132-154, 2020 <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/MHWPfQMQ4jGQzR7TBrMXxN/abstract/?lang=pt> - Acesso em 01 fev. 2024.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

CORREA, S. de C.; SANTOS, L. M. M. Preconceito e educação a distância: atitudes de estudantes universitários sobre os cursos de graduação na modalidade a distância. **ETD**, Campinas, v. 11, n. 01, p. 273-297, dez. 2009. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922009000300016&lng=pt&nr=m=iso - Acesso em 01 fev. 2024.

FEENBERG, A. **Tecnologia, Modernidade e Democracia**. Inovatec: Lisboa, Portugal, 2018.

FREITAS, L. **A instituição do fracasso**: a educação da ralé. In: A ralé brasileira: quem é e como vive. São Paulo: Contracorrente, 2018.

GIOLO, J. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia , v. 34, n. 1, p. 73-97, jan. 2018 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932018000100073&lng=pt&nr=m=iso - Acesso em 01 fev. 2024. <https://doi.org/10.21573/vol34n12018.82465>.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

MARCHISOTTI, G. G. *et al.* Diretrizes para a disseminação da educação a distância, a partir da análise do preconceito contra esta modalidade de educação. **Acta Educ.**, Maringá , v. 44, e53622, 2022 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012022000100109&lng=pt&nr=m=iso - Acesso em 24 jan. 2024. Epub 01-Fev-2022. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.53622>

ORSO, P. J. Elitização da universidade brasileira em perspectiva histórica. **Roteiro**, Joaçaba , v. 45, e22156, jan. 2020 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100210&lng=pt&nr=m=iso - Acessos em 29 jan. 2024. Epub 04-Jun-2020. <https://doi.org/10.18593/r.v45i0.22156>

QUIROGA, F. L. A Evasão Na Educação a Distância (EaD) e Suas Interfaces com a Democratização do Acesso e a Intensificação das Desigualdades. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba , v. 16, e87069, 2022 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692022000100129&lng=pt&nr=m=iso. Acessos em 01 fev. 2024. Epub 30-Maio-2023. <https://doi.org/10.5380/jpe.v16i0.87069>

QUIROGA, F. L. A educação pública sob ameaça: os perigos da corrida mercantilista na educação superior a distância. **J. Pol. Educ-s**; Curitiba, v. 17, fev. 2023. ISSN 1981-1969. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v17i2.89538> Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/89538> - Acesso em 01 fev. 2024.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. 3ª ed. Jessé Souza, colaboradores André Grillo et.al. São Paulo: Contracorrente, 2018.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Un ensayo sobre la depravación total. Nuevo Neoliberalismo Académico y Capitalismo 'por posesión, **Revista Izquierda**, Bogotá, n. 14, ago., pp. 18-23, 2011.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: QUIROGA, F. L. Raízes Históricas do Preconceito sobre a EaD: em Busca de uma Racionalidade Democrática. **EaD em Foco**, v. 14, n. 2, e2240, 2024.
doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v14i2.2240>

PRELHO